

Os mídias e a formação, o desenvolvimento e a crise do antigo império português¹

Antonio HOHLFELDT²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O surgimento e a evolução dos mídias, em Portugal, ocorreu em relação direta com o processo dos descobrimentos, a colonização e a decadência do Império Português. Da literatura palaciana à literatura de viagens, passando pelos relatos de naufrágios, descobertas dos esplendores das terras conquistadas e implantação dos primeiros prelos, no século XVI, Portugal levou e recebeu forte influência do processo colonizador na evolução da imprensa e das demais mídias, nos seus mais amplos territórios.

Palavras-chave: história das mídias; jornalismo de expressão portuguesa; império português; teoria do jornalismo

Para pensar-se as relações entre as mídias e a formação, o desenvolvimento e a crise do império português, vai-se tomar o termo *mídia* na sua mais larga acepção. Neste sentido, considera-se todo o tipo de panfleto, calendário ou almanaque, até o livro – manuscrito ou impresso – tanto quanto a imprensa informativa (em especial, o jornal e a revista), o rádio, o cinema, a televisão, a internet, etc., como *mídias*, na medida em que, como ensina Juliana Pereira de Souza, *mídias* são todos e quaisquer *meios de informação e de comunicação*, ou seja, instrumentos tecnológicos que servem para a difusão de mensagens (SOUZA, 2010, p. 816).

Neste sentido, a história das mídias, em terras lusitanas e, mais tarde, a história das mídias presentes nas antigas colônias de expressão portuguesa (TRIGO, 1981), deve ser pensada a partir da própria história da literatura portuguesa (inclusive a oral), sob determinado aspecto, ao mesmo tempo em que deve acompanhar a evolução de outras tecnologias, dentre as quais as de transporte, além da história dos descobrimentos e colonização portuguesas, que se refletem em suas relações internacionais.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa, Professor do PPGCOM da FAMECOS-PUCRS, email: hohlfeld@puers.br

Este texto é uma tentativa de visão de conjunto, tanto no que se refere à história das mídias em terras lusitanas e de suas antigas colônias, quanto da história de expansão e naturais choques de interesses junto a outras nações que se formam após a emergência de Portugal e de Espanha, notadamente a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica, além, evidentemente, de movimentos autóctones independentistas que surgem no decorrer dos séculos.

Para tanto, consideram-se os movimentos gerais da expansão marítima de Portugal e, paralelamente, o surgimento de sua literatura, pois ela será imediatamente *exportada* para as terras recém descobertas e, do mesmo modo, sofrerá influência e inspiração das viagens marítimas e dos processos colonizadores, para suas novas criações.

A expansão, logo após a formação nacional

Vencida a difícil e conturbada fase de constituição do território nacional e da própria identidade de Portugal, a partir da aclamação de Dom João, Mestre de Avis, como rei de Portugal, em 6 de abril de 1385, não demoraria para que o país começasse a buscar horizontes bem para dentro do oceano (BRANDÃO, 1995, p. 15). Durante o reinado de Dom Afonso IV, os navios portugueses chegam às Canárias (1424); e a chamada “avançada de Ceuta” demarca o início do grande empreendimento lusitano, a partir de agosto de 1415 (MÚRIAS, 1940). A tomada de Ceuta era estratégica: evitava a chegada de novas forças mouras e garantia, assim, a reconquista de territórios africanos, tomados aos árabes e, ao mesmo tempo, os próprios espaços europeus, de que os islâmicos haviam sido expulsos, com a formação das novas nações ibéricas. Ao mesmo tempo, era um importante ponto comercial internacional. Seja como for, em menos de um século, Portugal chega às costas da África, que contorna, tocando sucessivamente em diferentes pontos, que ocupa, e fixa-se, inclusive na Ásia, a partir de Calicute, através da armada de Vasco da Gama (maio de 1498). Neste meio tempo, a Espanha havia buscado outras alternativas e, em 1492, Cristóvão Colombo, a seu serviço, chegara às Antilhas, o que acirraria os tradicionais conflitos entre as duas nações. Completara-se, com a descoberta das Índias, o chamado, por alguns historiadores, *plano do Infante Dom Henrique* (MÚRIAS, 1940, p. 56), que logo se ampliaria significativamente, com o *achamento* das terras do Brasil (1500).

De Lisboa partiam então para a Europa todas as relações minuciosas e às vezes fantásticas das grandes acções, e logo se divulgavam em latim apressado, para que em todo o Ocidente se soubesse a nova espantosa. (...) Ao mesmo tempo, os pesquisadores traziam e revelavam, mesmo quando as não imprimiam, as suas observações geográficas, as suas notas sobre a fauna e a flora, que iam encontrando, sobre os costumes, as línguas, as religiões, que eram obrigados a estudar (MÚRIAS, 1940, ps. 91-92).

A citação é interessante, não porque esteja absolutamente correta, mas porque levanta uma série de questões interessantes: primeiro, sabe-se que a Côrte portuguesa era relativamente avessa a divulgar detalhes das viagens e descobertas realizadas, sobretudo porque temia a concorrência, mas não podia evitar que autores independentes o fizessem, mesmo que burlando as várias instituições censoriais então existentes. Segundo, usava-se a língua franca da época, o latim, até porque o idioma português ainda se encontrava em formação (PINTO, 2010 e 2013). Por fim, evidencia-se que os navegadores e descobridores, não apenas *levavam* obras produzidas na metrópole, quanto traziam matéria-prima (isto é, informações e comunicações/relatos) para produzirem novas obras, que logo alimentariam o imaginário das gentes, tanto as letradas, quanto as não-letradas que, não obstante, ouviam os textos dos livros que lhes eram repetidos em alta voz, nos mais improváveis recantos da terra lusa. Iniciavam-se, assim, simultaneamente, dois outros capítulos importantes: de um lado, essas novas obras, boa parte das quais inclusive de autoria de não-portugueses, ao cantarem as maravilhas das novas terras, chamavam a atenção e atraíam a cobiça das demais nações. Portugal, assim, concluído o ciclo de descobertas e primeiros contactos, com o conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais, ou puro e simples domínio militar, passava a ter outros desafios: desenvolver a ocupação e a colonização das novas terras e, ao mesmo tempo, garantir suas posses, quer em face da resistência dos autóctones, quer em face de invasões de outras nacionalidades. Tais acontecimentos também se refletirão nas narrativas que se sucedem no tempo e no espaço e ampliam o universo das publicações.

Criação e difusão literárias em Portugal

Como se sabe, antes da invenção da imprensa, os livros eram produzidos e reproduzidos artesanalmente, na forma de manuscritos, em folhas de pergaminho. Este processo era lento e caro, fazendo com que a circulação de obras ficasse restrita a alguns abastados. Os conventos, onde essas obras começaram a ser multiplicadas, passaram a sofrer a competição das corporações de escribas profissionais, principalmente à volta das Universidades. Isso faz surgirem variantes de um mesmo original (SARAIVA E LOPES, 1975, p. 35), como ocorre com o “Amadis de Gaula”, texto que, segundo muitos historiadores, era conhecido e acompanhava por vezes os viajantes em suas longas e dramáticas jornadas (...). Composições em verso, os chamados *cancioneiros*, circulavam desde o século XIII, mas a partir de 1344 conhece-se um novo gênero, a partir da “Crónica Geral de Espanha”,

geralmente atribuída a Dom Pedro, Conde de Linhares (Saraiva e Lopes, 1975, p. 78). Estabelecem-se os princípios da historiografia, de que Fernão Lopes será o primeiro nome de referência, com suas diferentes *crônicas* (cujos manuscritos remontam ao século XV). A descoberta da tipografia, em meados deste século XV, permite atender a um público leitor em crescimento, para o qual a reprodução manuscrita não era mais suficiente. Os governos de Dom Manuel e Dom João II intensificam a atividade literária, mas a difusão da tipografia no país se faz com certa lentidão.

As primeiras oficinas são de judeus e imprimem, a partir de 1487, livros em caracteres hebraicos. O mais antigo livro cristão impresso em Portugal é um “Tratado de confissão” (Chaves, 1489). Em 1494 imprime-se o primeiro livro em latim, o “Breviarium bracarense”, em Braga, por um impressor alemão. São alemães os primeiros tipógrafos. Os primeiros livros portugueses, então impressos, são traduções da “Vita Christi” de Ludolfo de Saxónia (1495), e da “História de Vespasiano” (1496), romance de cavalaria, o “Almanach Perpetuum”, de Abraão Zacuto, obra importante para a astrologia e para a navegação (1496), e ainda do “Livro de Marco Polo” (1502) (...) Desde cedo se imprimem também pequenos folhetos com obras destinadas a mais larga difusão. É o caso do “Auto da barca do inferno”, de Gil Vicente, impresso cerca de 1518, e de outras obras que constituem a chamada ‘literatura de cordel’, cujos exemplares se vendiam nas ruas (SARAIVA E LOPES, 1975, ps. 182 e 183).

Episódios como o Concílio de Trento, cujas decisões são plenamente homologadas pelo governo português, em 1564, ou a unificação com a Espanha, a partir de 1580, criaram obstáculos ao pleno desenvolvimento da tipografia e da criação literária portuguesas, inclusive para a fixação do idioma lusitano.

Maria Cecília Guirado faz importante observação a respeito do que se levava nos navios que demandavam as novas terras:

(...) Os livros e, de forma mais alargada, os materiais escritos, que se encontravam na bagagem dos primeiros navegantes portugueses embarcados em Lisboa, condiziam com o nível cultural de cada viajante, e também das missões específicas que iriam desempenhar nas novas terras. Os pilotos detinham a, literatura técnica para a viagem (almanaques, reportórios, roteiros, livros de bordo, portulanos e guias náuticos), os homens de religião faziam-se acompanhar dos instrumentos de missão (Bíblia, missais, saltérios, cartilhas, etc.), os funcionários régios carregavam a bibliografia indispensável para exercerem seus cargos (*Ordenações do Reino* e outros instrumentos legais), ao passo que outros passageiros das armadas portuguesas, como físicos e boticários levavam volumosos manuscritos (onde se acumulava o saber recolhido durante anos de exercício profissional) e ainda os fidalgos mais letrados incluíam na sua bagagem toda sorte de literatura mais amena para preencher as horas da travessia, que durava não menos que três meses (Lisboa-Brasil) e podia chegar até seis meses (Lisboa-Índia) (GUIRADO, 2001, p. 37).

Aprofundando este inventário, nas páginas seguintes, Guirado menciona que a primeira referência a uma exportação de livros ocorre em 1490, dirigida ao Reino do Congo e constituída da “Crónica de D. João II” e de “Miscelânea”, ambas de Garcia de Rezende. Mas havia também cartinhas para ensinar crianças a ler, como refere o inventário dos livros enviados por Dom Manuel à Etiópia, em 1515, ou que o mesmo D. Manuel enviou ao lendário Preste João, nas Índias, contendo, dentre outras obras, os “Livros da vida e paixa dos mártires” [sic], de João Pedro Bonhomini, em 1513. Sintetiza ela: “Durante decênios Portugal seguiria exportando livros para as colônias ultramarinas, formando uma vasta rede lusógrafa em todos os locais onde existiam comunidades portuguesas” (GUIRADO, 2001, p. 40), de onde a observação de Rui Manuel Loureiro, segundo a qual “os navios ibéricos que demandavam as Índias eram, de certa forma, um prolongamento social e cultural do território peninsular, onde a vida quotidiana se desenrolava dentro da normalidade possível” (LOUREIRO, 1996 apud VENTURA, p. 141).

Se os conquistadores e colonizadores levam sua literatura, trazem relatos a respeito das ações realizadas pelas armadas, na dominação dos povos, a descrição e análise de sua flora ou fauna, além de hábitos e costumes de seus habitantes autóctones. Em breve, também surgirá uma literatura de denúncia do que está a se passar pelas novas e distantes terras, sobretudo em termos de destruição cultural e assassinatos massivos. Servem de exemplos para cada situação, as obras de Fernão Lopes de Castanheda, “História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses” (1551 a 1554, pois a obra se constitui de vários volumes, imediatamente traduzidos ao francês e ao alemão), ou os “Colóquios dos simples e das drogas medicinais da Índia”, de Garcia da Orta (1563), esta última, com o detalhe de ser sido impressa em Goa, questão que será discutida mais adiante³. A obra foi em seguida traduzida e sucessivamente editada em Antuérpia, entre 1567 e 1591 (PIMENTEL, 1996, p. 220). Por outro lado, quanto às denúncias, registrem-se os trabalhos de António Vieira, no caso português.

Enquanto esta literatura *viajava*, havia uma outra produção que cativava os leitores, aquela formada pelos relatos das viagens, especialmente seus desastrosos resultados, mas não só, já que as viagens provocavam a imaginação, tanto de leitores, quanto de criadores de textos. Formou-se, assim uma *literatura de viagem*. Pode-se dizer que “Os lusíadas”, de Luís Vaz de Camões (1572), do ponto de vista qualitativo, é o ponto culminante de tal

³ “Durante decênios Portugal seguirá exportando libros procedentes de oficinas lusas y europeas, hasta que em 1556 se llevó una prensa a Goa. De esta imprensa favorecida por los jesuitas y manejada entre 1561 y 1573 por el alemán João de Emden y el italiano João Quinquênio salieron media docena de obras (2 de botánica y medicina. El resto [tênia] carácter religioso)” (WAGNER, 1996, p. 236).

produção. Mas havia uma literatura mais popular, constituída de relatos de naufrágios e afundamentos, reunida sob a denominação genérica de “História trágico-marítima”, composição de folhetos efetuada por Bernardo Gomes de Brito (1735-1736), cujos textos fixam-se em viagens que não chegaram a seu termo, por motivos vários, mas especialmente por causas naturais, embora os ataques piratas não devam ser descartados (BRITO, [1735-1736] 1998; Ferreira, 1980; Júdice, sem data; Madeira, 2005). E, enfim, dentre os tantos textos imaginativos que surgiram, deve-se destacar a “Peregrinação”, de Fernão Mendes Pinto ([1614], 2005; LAPA, 1971).

A imprensa informativa em Portugal e nas colônias de expressão portuguesa

No século XV, já eram relativamente comuns as folhas informativas, ainda que isoladas (*occasionels, canards, etc*). Muito se discute se tais publicações podem ser consideradas como predecessoras das verdadeiras folhas informativas, que dependiam de uma periodicidade relativamente próxima para se firmarem e cumprirem sua função principal, dar conta dos episódios ocorridos dentro de um certo lapso de tempo e determinada geografia (WEILL, 1962, p. 9). Os governos e a Igreja Católica bem sabiam que tais publicações, desde Maquiavel, eram valioso instrumento de unificação ideológica e política, instrumento fundamental de controle social e o mais valioso meio de justificação das atitudes do Poder (BARRERA, 2004, p. 29). A informação comercial e financeira abriu este caminho, mas os episódios que redundaram na reforma protestante o barraram. A Igreja tratou de controlar a produção e circulação de informações (tanto através de folhas, quanto de livros) e os governos, sobretudo aqueles marcados pela Inquisição, seguem o mesmo caminho. Surgem as diferentes censuras, que se completam e que vão retardar significativamente o desenvolvimento das publicações periódicas.

A periodicidade anual parece ter surgido na Mogúncia (atual Alemanha), entre 1448 e 1470; em 1491, conhece-se um impresso de Paris e em Genebra ela aparece em 1497. Assumiam, em geral, a forma de almanaques (WEILL, 1962, p. 12). A periodicidade logo diminuiu para semestral, mas era ainda insuficiente. Em 1597, o imperador Rodolfo II, do Sacro Império Romano-Germânico, temendo as folhas independentes, encarrega seus impressores de publicarem mensalmente o relato detalhado dos acontecimentos mais importantes da região. No mesmo ano, Gigli, impressor de Florença, recebeu privilégios para publicar boletins comerciais semanais; *gacettas, avvisi, Zeitungen, relationes* e tantas outras designações passaram a identificar as publicações que se multiplicaram rapidamente.

Outras designações eram as *novas* ou os *correios* e ainda os *mercúrios*⁴. A França teria sido o país onde, de fato, publicou-se um primeiro *periódico* ou *jornal* efetivamente merecedor deste título, o Mercure français, de 1611, antecedido, desde 1604, pela Gazette française; na Inglaterra, A Current of general Newes, de 14 de maio de 1622, um semanário, ampliou este processo, enquanto na Alemanha a Guerra dos Trinta Anos levou ao estabelecimento, em Leipzig, de uma oficina que passou a editar, em 1631, um *Zeitung* que dava a versão oficial dos episódios (WEILL, 1962, p. 15-37). O processo da informação manuscrita, que começara sob a forma das *cartas de notícia* entre os comerciantes, mas ganhara foro político na Inglaterra de Eduardo I, em 1275, espalhou-se pela Europa de tal forma que a chegada da imprensa, longe de interrompê-la, facilitou-lhe a sobrevivência e afirmação (QUINTERO, 1994).

Em Portugal, a primeira folha noticiosa que se conhece é Notícias da infelicidade da Armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre de Canta Catarina (19 de outubro de 1588). Estruturalmente, o texto se inscreve naquele conjunto que compõe a “História trágico-marítima”, do mesmo modo que a Relação do lastimoso naufrágio da nau Conceição chamada Algaravia a nova de que era capitão Francisco Nobre a qual perdeu nos baixos de Pero dos Banhos em 22 de agosto de 1555, impressa em Lisboa, em 1556. Esse relato, por seu turno, já é considerado como uma *relação*, por Alberto Pena Rodríguez, uma vez que, ao contrário do primeiro texto, de apenas duas páginas, é um relato mais amplo (RODRIGUEZ, 1994, p. 351; TENGARRINHA, 2013, p. 29).

Entre 1610 e 1640, produziram-se os relatos reunidos sob o título de História portuguesa e de outras províncias do Ocidente desde o ano de 1610 até o de 1640 da feliz aclamação d’el Rei D. João o IV, escrita em trinta e uma relações, de que Manuel Severim de Faria, sob o pseudônimo de Francisco d’Abreu, foi o autor. Em 1626, Manuel Severim de Faria fez imprimir a relação (até então manuscrita) relativa ao período de março de 1625 e setembro de 1626; era a 16^a, na ordem cronológica, a que se seguiu a impressão da 17^a, em Braga, no ano de 1628, cobrindo o período de março de 1626 a agosto de 1627. Acertadamente, Jorge Pedro Sousa observa que “se todas elas tivessem sido impressas periodicamente, teriam, possivelmente sem grandes controvérsias, constituído o ponto inicial da história do jornalismo periódico português (SOUSA, 2007, p. 74). No entanto, como isso não ocorreu, haverá que esperar-se 1641, quando, a partir de novembro, e até setembro de 1647, publicar-se-á, mensalmente, as *gazetas* Da Restauração, verdadeiramente o primeiro

⁴ Os historiadores já esmiuçaram origens e significados de cada uma dessas designações, o quê, portanto, não ocupará espaço neste texto.

periódico português, conforme Jorge Pedro Sousa (2011, p. 1). O contexto é complexo, politicamente falando: Portugal acaba de independizar-se da Espanha e busca sua legitimidade internacional, especialmente junto ao Papa e à França. Por outro lado, o Duque de Bragança, que assume o trono, sob o título de Dom João IV, precisa legitimar-se também dentro de Portugal, pois a corte divide-se entre seu apoio e sua derrubada. Manuel de Galhegos terá sido o primeiro editor dessa gazeta, pelo menos até agosto de 1642, substituído, provavelmente, depois, por João Franco Barreto (SOUSA, 2011, p. 54 e ss). Passar-se-á década e meia até que comece (janeiro de 1663) a circulação do Mercúrio Português, que se editará até julho de 1667, totalizando 55 edições normais, mensais, e três edições extraordinárias, fundamentalmente sob a responsabilidade de António de Sousa Macedo (SOUSA, 2013).

Observe-se que, contextualizando-se a história do império português e a história de sua imprensa, pode-se afirmar que ela surge no decorrer do processo de expansão e dominação, mas quando a imprensa informativa propriamente dita começa a circular, Portugal já experimenta certo declínio, inclusive tendo sofrido a anexação pela coroa espanhola, de que se livrará apenas a partir de 1640: justamente é neste processo de retomada de sua própria história que a imprensa informativa se estruturará, primeiro através do Mercúrio Português e, depois, sucessivamente, o “efêmero e insignificante” Mercúrio da Europa (1689), a que se seguirá a Gazeta (de que apenas duas edições se conhecem, de agosto e outubro de 1704). Mas será no dia 10 de agosto de 1715 que, enfim, emergirá uma publicação verdadeiramente *jornalística* em Portugal, a Gazeta de Lisboa, responsabilidade de António Correia de Lemos, impressor de livros, circulando até o período pombalino, quando será suspensa e seu editor preso. No reinado de Dona Maria II, o jornal reaparece, com o mesmo nome, verdadeiro informativo oficial do governo lusitano, somando cerca de 1500 exemplares diários, mais os suplementos semanais, a partir de 1742 (TENGARRINHA, 2013, p. 79 e ss). Quando ocorre a invasão francesa de 1808, a Gazeta passa a ser editada pelos invasores franceses, enquanto seu então editor, Frei Tibúrcio José da Rocha deslocava-se com a frota da Família Real, vindo a ser o responsável pela Gazeta do Rio de Janeiro, que se passaria a publicar a partir de 10 de setembro de 1808, primeiro semanal e, logo na segunda semana, bi-semanalmente, nas quartas-feiras e sábados (...). A Gazeta de Lisboa, a partir de 14 de junho de 1809, passa a ser publicação diária (RODRIGUEZ, 1994, p. 354).

A permanência dos franceses em território português faz surgir uma primeira *imprensa do exílio*, que se traduz em publicação de jornais, em língua portuguesa e, na maioria dos casos, por editores lusitanos, em países estrangeiros, neste momento, por óbvio, principalmente, na Inglaterra. É o caso do Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa (1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822), publicista nascido no Brasil, na então província do Rio Grande do Sul. Costa era filho de portugueses, estudou também na Província Cisplatina (atual Uruguai, na histórica localidade hoje denominada Colônia) e depois formou-se em Direito, em Coimbra, tornando-se embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Ao retornar, foi preso pela Inquisição, acusado de ser filiado à maçonaria. Depois de 3 anos de prisão, consegue fugir para Londres, onde, a partir de 1808, publicaria o jornal, tema que se retoma abaixo. Ao longo de todo este período de domínio francês, circularão jornais a favor e contra a invasão francesa⁵.

Depois da revolução de 1820, e sobretudo com a primeira constituição de Portugal, de 1822, sucederam-se os jornais em Portugal, ao mesmo tempo em que começaram a aparecer algumas publicações em colônias, como a Índia Portuguesa (Gazeta de Goa, 1821) e em Macau (China – Abelha da China, 1822), sem se esquecer do Brasil que, com os episódios do Dia do Fico e, enfim, com a independência, havia visto uma notável expansão de sua imprensa.

Proibição e obrigação de criação da imprensa nas colônias

Há duas questões que merecem atenção de quem estude a história dos mídias e as antigas colônias portuguesas. A corte portuguesa, desde logo, proíbe a existência de prelos nas colônias, ao contrário daquilo que será praticado pela Espanha que, desde a primeira metade do século XVI permite que os padres jesuítas instalem prelos na Cidade do México e em Lima, respectivamente. Portugal, ao contrário, interdita os prelos, gerando inclusive processos e condenações a quem eventualmente importasse ou usasse algum equipamento semelhante, mesmo que autoridade administrativa lusitana, fazendo destruir todos os equipamentos. No entanto, sabe-se, como mencionado acima, que houve duas exceções, Goa e Macau (SILVA, 1992). Racionalmente, pode-se interpretar este comportamento como uma adequação prática a uma situação diferenciada daquela colônia: ao contrário do que ocorria na África e na América do Sul (Brasil), onde havia apenas línguas orais, tanto

⁵ É preciso ter-se em conta que Portugal e Espanha sofriam as agruras da Inquisição, extremamente repressora nestes países. Assim, não é de surpreender que, para alguns intelectuais liberais, o domínio francês fosse menos opressor que o controle duplamente exercido, eclesiástico e real. Esta é, ao menos, a tese do roteiro cinematográfico de Jean Claude Carrière, para o filme dirigido por Milos Forman (2006), chamado “As sombras de Goya”, que se encontra publicado em livro (São Paulo, Companhia das Letras, 2014. Há, também, uma edição portuguesa.

em Goa quanto em Macau havia sistemas lingüísticos escritos, e bastante complexos. Sabe-se, inclusive, que muitos dos primeiros livros publicados em Goa não foram em idioma lusitano, mas em idiomas nativos. Remanesce, contudo, uma dúvida: por que o comportamento diverso da Espanha, se, afinal, tanto no México quanto nas colônias da América do Sul suas populações igualmente não possuíam línguas escritas, mas apenas faladas? Talvez uma resposta esteja no fato de uma compreensão diversa do fenômeno, como se pode depreender do registro que Alejandro Pizarroso Quintero faz:

Em Espanha, a primeira disposição legal que de maneira indirecta se ocupou da impressão foi em uma Carta dos Reis Católicos, datada do dia de Natal de 1477, com a qual se isentava o impressor e o mercador de livros Teodorico Alemão do pagamento de uma alcavala, do almoxarifado e de outros impostos, dado que o seu comércio e actividade ‘redundavam em honra e vicariedade de nossos reinos e dos naturais deles’ (QUINTERO, 1994, p. 54).

Este episódio poderia parecer fortuito, mas outro documento, dos mesmos reis, de 1480, reitera essa perspectiva, quando se lê:

Considerando os Reis (...) quanto era proveitoso e honroso que a estes seus Reinos se trouxessem livros de outras partes, para que com eles se fizessem homens letrados (...); por fim ordenamos e mandamos, que além da dita franquia (...) não se peçam, nem paguem, nem levem almoxarifado, nem dízima de portagem, nem nenhuns outros direitos pelos nossos almoxarifes, dizimeiros, portageiros ou quais quer outras pessoas (...) que de todos os direitos e dízimas e almoxarifados sejam livres e francos os ditos livros, e que pessoa alguma ou peça ou leve...” (QUINTERO, 1994, p. 54).

A segunda questão diz respeito à reviravolta produzida pela corte portuguesa a partir do artigo 13º do decreto de Sá da Bandeira, de dezembro de 1836, ordenando que as administrações coloniais passassem a editar *boletins oficiais* em suas respectivas regiões, a partir do modelo da Gazeta de Lisboa ou da Gazeta do Rio de Janeiro. Por que tal reconsideração tão radical? A resposta, aparentemente, é de que o encadeamento de acontecimentos produzidos a partir da invasão de Portugal pela França (1808), o deslocamento da Família Real para o Brasil, seu retorno – em 1821 – e a independência da antiga colônia, em 1822, ainda que permanecendo vinculada a um membro da Família Real portuguesa, Dom Pedro I (do Brasil) Dom Pedro IV (de Portugal), serviu como alerta e incentivou a nova política, além do fato, é evidente, dos novos ventos liberais que então sopravam no país (HOHLFELDT, 2008; HOHLFELDT, 2013).

É evidente que a nova posição oficial da administração portuguesa nas colônias muda completamente a perspectiva que fora veementemente defendida pelo Conselho Ultramarino. Na verdade, é certo que esta inovação dividiu o império, ainda que muitos dos

administradores coloniais a vissem com bons olhos. Basta ler os textos de apresentação dos boletins que então começaram a se imprimir e dos quais, felizmente, guardam-se exemplares. Leia-se o que se escreveu na primeira edição do Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde, a 24 de agosto de 1842:

Raiou felizmente para esta Província uma nova era de ilustração; o Governo de SUA Magestade sempre sollicito pelo bem dos subditos da mesma Augusta Senhora [Rainha D. Maria II] não podia por mais tempo consentir que continuasse a ignorancia, em que o povo de Cabo-Verde se achava engolfado. Já agora temos entre nós a Imprensa, este grande vehiculo das luzes e da sciencia; [...] parabens, pois, ó Cabo-Verdianos! Livres pela civilização dos nossos irmãos da Europa, vós ides dever a vossa civilização á Liberdade, que a não ser ella, ainda hoje se não teriam rasgado as densas nuvens do obscurantismo que ennegreciam esta Província (GONÇALVES, 1966, p. 144).

Por outro lado, o Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (para mantermos a sucessão cronológica), assim se expressava, a 13 de setembro de 1845:

Sendo da maior necessidade não só para a publicação das leis, e quaisquer providências de execução permanente, cujo conhecimento é de grande conveniência que chegue a todos, mas também para a publicação de documentos estatísticos que muito podem auxiliar o Governo e o Commercio, que nesta cidade, a exemplo do que se pratica em Gôa e Cabo Verde, e em execução do artº. 13 do decreto de 7 de Dezembro de 1836, se publique debaixo da inspeção do Govº. um Boletim Official, vou rogar a V. Exª. se digne fazer mandar pª. este Govº. Uma imprensa complecta pª. poder imprimir um Boletim como o de Gôa ou Cabo Verde; vindo igualmente um ou dois Compositores para trabalharem com a imprensa (GONÇALVES, 1964, p.34).

Leia-se, por outro lado, a exposição feita na primeira edição do Boletim do Governo da Província de Moçambique, a 13 de maio de 1854:

A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao commercio, a indústria, aos interesses, e á civilização d'uma grande parte dos povos do universo.

Convencido da sua utilidade, o Governo de Sua Magestade Ordenou que se instituisse nesta Capital uma *Typographia*. – O governo actual se lisongea de ser o seu instituidor.

Vais pois publicar-se regularmente uma vez por semana – O Boletim official do Governo da Província de Moçambique (ROCHA, 2001, ps. 32 e 33).

Observe-se que a história em Macau e em Goa é um pouquinho diferente, como já se antecipou em parte.

Em Macau, desde o ano de 1588 já havia um prelo, graças aos jesuítas. A partir de 1737, contudo, também aí as tipografias foram interdidas, e um novo ciclo de imprensa só surgiria com a imprensa oficial (SILVA, 1992, p. 11), que se iniciou a 5 de setembro de 1838, sob a denominação de Boletim do Governo da Província de Macau, Timor e Solor,

editada na Tipografia Macaense, propriedade particular, de um certo Dr. Wells Williams⁶. Até 1839, contudo, só se editaram cinco edições da publicação, sendo a mesma então suspensa e reaparecendo apenas em 8 de janeiro de 1840, quando, então, não sofreu mais interrupções em sua circulação⁷ (TEIXEIRA, 1965).

Quanto a Goa, os jesuítas levaram o primeiro prelo para a Índia portuguesa, publicando-se um primeiro livro em 1557 (CUNHA, 1923, p. 1)⁸. Esta imprensa, porém, foi suspensa por volta de 1654, segundo alguns historiadores, e 16873, segundo outros (RANGEL, 1957, p. 38). Um prelo só voltaria a ser autorizado com a chegada, em dezembro de 1821, de um prelo vindo de Bombaim, por ordem da Junta Provisional de Governo, e desembarcado em Goa. Este prelo permitirá o início da imprensa informativa, com a circulação da Gazeta de Goa, a partir de 22 de dezembro daquele mesmo ano (CUNHA, 1923, p. 5; Lopes, 1971, p. 14)), sendo sua publicação interrompida em 29 de agosto de 1826, por decisão do Vice-Rei Dom Manuel da Câmara. Um segundo jornal oficial apareceu em 13 de junho de 1835, portanto, ainda antes do decreto de Sá da Bandeira, que seria do ano seguinte. Tratava-se da Chronica Constitucional de Goa, que circulou até 30 de novembro de 1837, sendo substituída, como reflexo da nova legislação, pelo Boletim do Governo do Estado da Índia, cuja circulação se iniciou a 7 de dezembro de 1837, inicialmente semanal, como todos os demais (LOPES, 1971, p. 14)⁹.

Instaladas as tipografias governamentais (unânimemente denominadas de *imprensa nacional*, tal como em Portugal, nelas se passaram a editar livros e, alguns anos depois, também jornais independentes, que passaram a expressar pontos de vista locais, na maioria das vezes em oposição aos das administrações, muito especialmente no caso das chamadas *companhias majestáticas*, conforme já se estudou em outra ocasião (HOHLFELDT, 2010).

⁶ Formalmente, a tipografia estava registrada em nome do português Manuel Maria Dias Pegado, pois estrangeiros não poderia ser proprietários de tais estabelecimentos (TEIXEIRA, 2014).

⁷ Outros trabalhos, como o de José Simões Morais (2014), dão conta de que teria havido imprensa em Macau bem antes desta iniciativa devida à decisão governamental portuguesa, graças aos padres dominicanos, tendo sido editados pelo menos dois jornais, e ambos de certa oposição à administração oficial da província, o primeiro dos quais A abelha da China (sua primeira edição seria de 12 de setembro de 1822, tendo circulado até 27 de dezembro de 1823, num total de 67 edições), impresso numa tipografia do governo, mas sob censura prévia, ainda que em tempos liberais. Foi sucedido Gazeta de Macau, cuja primeira edição surgiu em 3 de janeiro de 1824. A troca de nome teria sido exigência das autoridades portuguesas, embora não tenha havido interrupção na circulação do periódico, pois o novo saiu exatamente uma semana depois de extinto o primeiro. Este jornal extinguiu-se a 16 de dezembro de 1826. Mas ainda seriam editados o quinzenal Chronica de Macau, entre 12 de outubro de 1834 e 1836, num total de 45 edições, e uma segunda Gazeta de Macau, entre 17 de janeiro e 29 de agosto de 1839, de que, contudo, não se teriam quaisquer exemplares. Neste meio tempo, começara, efetivamente, a imprensa oficial macaense (MORAIS, 2014).

⁸ Outros historiadores afirmam, hoje, que o primeiro livro ali teria sido publicado ainda antes, em 1556 (CUNHA, 1923, p.1).

⁹ Vale consultar a obra organizada pela Imprensa Nacional de Goa, que reproduz o texto de António Maria da Cunha, acrescentada de uma excelente tábua cronológica dos jornais goeses (1923).

Nesta imprensa também nasceria a literatura nacional das diversas colônias, ou nela se estampariam obras daquelas literaturas nacionais já existentes antes da chegada dos colonizadores portugueses, como foram os casos de Goa e de Macau, sendo necessário, inclusive, a confecção de tipos especiais para grafar tais idiomas. Diferente foi o processo ocorrido em Angola e Moçambique: como não havia línguas escritas, houve a necessidade de criação de uma *convenção* lingüística, capaz de traduzir, nos tipos do idioma português, os sons daqueles outros idiomas autóctones. Enfim, uma terceira situação ocorreu em Cabo Verde, onde se constituiu um novo idioma, o *criol* ou *kriolu*, a partir das múltiplas assimilações entre o idioma lusitano (falado e escrito) e os diferentes idiomas africanos (apenas orais), que geraram, primeiro, uma literatura oral e, logo em seguida, e às vezes simultaneamente, uma literatura escrita.

Fenômenos semelhantes, mas cada qual com características também próprias, ocorrerão com a chegada do rádio, que se miscigenará com a imprensa, desde seu nascimento (HOHLFELDT, 2013). Os processos de independitização, que se iniciam nos anos 1960 e alcançam suas aspirações após a Revolução dos Cravos, em Portugal, facilitam a chegada da televisão e a integração dessas novas nações, independentemente de seus status políticos, à rede internacional de computadores e à digitalização dessas novas mídias. Mas isso, evidentemente, é assunto para outros estudos. No entanto, desde o último quartel do século XIX Portugal vinha perdendo terreno quanto ao domínio de suas colônias: já perdera parte da Índia Portuguesa, sofrera pressões da Inglaterra, principalmente, que fez gorar os planos para o chamado *mapa cor de rosa* português, em 1890¹⁰, e sofreria fortes pressões ao longo da I Grande Guerra e, sobretudo, ao longo da II Guerra Mundial, com constantes ameaças de invasões de seus territórios, sobretudo pelos nazistas, que também desenvolviam atividades de contra-espionagem a partir desses mesmos territórios, graças à forte presença das já mencionadas companhias majestáticas, boa parte delas alemãs¹¹. Na contramão da história, quando as nações colonizadoras como Bélgica, Inglaterra, França e Holanda iniciavam negociações para dar autonomia às antigas colônias do continente africano, a ditadura salazarista mais se aferrava a um pretense *discurso civilizador* com que tentativa justificar a manutenção de suas guerras coloniais. A chegada dos novos mídias em terras coloniais, neste sentido, também facilitou a revolução: ainda está para ser estudado mais

¹⁰ O chamado *mapa cor de rosa* pretendia garantir uma ligação entre Angola e Moçambique, enquanto território português, o que significava cortar o continente africano em dois. Em 1890, a Inglaterra parecia ter concordado com a pretensão portuguesa, mas diante da reação de outras nações, notadamente Alemanha e França, através do Tratado de Berlim, de 1884-1885, Portugal foi obrigado a abrir mão de sua pretensão, inclusive com a mudança de posição da Inglaterra.

¹¹ A consulta aos jornais moçambicanos e angolanos, da época, documentam fartamente tais ameaças e preocupações.

profundamente o papel do rádio nas guerrilhas de Cabo Verde e Guiné Bissau, em Moçambique ou em Angola.

Em síntese, à medida em que as tecnologias de comunicação e de informação mais se transformavam, transformava-se também o mundo político, sem que Portugal aceitasse e incorporasse tais mudanças, o que levou a seu crescimento isolamento e, enfim, à revolução no interior de seu próprio território, liderada, como se sabe, por capitães advindos das guerras coloniais¹².

REFERÊNCIAS

- A ÍNDIA PORTUGUESA (1923) (Nova Goa, Imprensa Nacional). 2 volumes. O material sobre o jornalismo encontra-se no segundo desses volumes.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (1995) *História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia* (Odivelas, Heuris).
- BRITO, Bernardo Gomes (1735-1736) *História trágico-marítima* (Rio de Janeiro, Lacerda Editores-Contraponto).
- CUNHA, António Maria da (1923) *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa* (Nova Goa, Imprensa Nacional).
- FERREIRA, João Palma (1980) *Naufrágios, viagens, fantasias & batalhas* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian- Imprensa Nacional – Casa da Moeda).
- GUIRADO, Maria Cecília (2001) *Relatos do descobrimento do Brasil* (Lisboa, Piaget).
- HOHLFELDT, Antonio (2008) "Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação" in *BRASIL-PORTUGUAL – Colóquio Bi-nacional de Ciências da Comunicação, no âmbito do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- HOHLFELDT, Antonio (2010) "Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique" in XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul).
- HOHLFELDT, Antonio (2013) "Rádio e imprensa: Como as duas mídias se encontraram e se fortaleceram em Moçambique" in Conferência Internacional Império Português (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).
- HOHLFELDT, Antonio (2013) "Journalism in colonies of portuguese expression" in SOUSA, Jorge Pedro (Org.) *A history of the press in the Portuguese-speaking countries* (Lisboa, Media XXI), ps. 597 a 692.
- JÚDICE, Nuno (sem data) *A viagem na literatura portuguesa* (Instituto Português do Livro e da Leitura).
- LAPA, Rodrigues (1971) *Peregrinação* (Lisboa, Seara Nova).
- LOUREIRO, Rui Manuel (1996) "Religiosos ibéricos em demanda das Índias" in VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista* (Lisboa, Colibri), p. 133-153.
- MADEIRA, Angélica (2005) *Livro dos naufrágios. Ensaio sobre a 'História trágico-marítima'* (Brasília, UNB).
- MORAIS, José Simões (2014) "A Abelha da China – Primórdios do Jornalismo em Macau (Parte I)" in <http://hojemacau.com.mo/?p=65172>, acessado em 18 de julho de 2014, às 18 horas.
- MORAIS, José Simões (2014) "A Gazeta de Macao" in <http://hojemacau.com.mo/?p=65850>, acessado em 18 de julho de 2014, às 18,40 horas.
- MÚRIAS, Manuel (1940) *História breve da colonização portuguesa* (Lisboa, Ática).

¹² Um dos melhores estudos sobre o processo é **25 de abril – Mitos de uma revolução**, da historiadora Maria Inácia Rezola (Lisboa, Esfera dos Livros. 2008).

- PIMENTEL, Maria do Rosário (1996) “Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português” in VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista* (Lisboa, Colibri), ps. 219-232).
- PINTO, Fernão Mendes ([1614] 2005) *Peregrinação* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira). 2 volumes.
- PINTO, Mário (2010) “Análise fônico-gráfica, morfo-sintática, léxico-semântica e estilística da Gazeta ‘da Restauração’ ” in SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) *A gazeta ‘da Restauração’-Primeiro periódico português – Uma análise do discurso* (Covilhã, LabCom- Universidade Fernando Pessoa – CIMJ-FCT).
- PINTO, Mário (2013) – “Análise formal do ‘Mercúrio Português’ “ in SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) *Estudos sobre o ‘Mercúrio Português’ (1663-1667) – Discurso e contexto* (Covilhã, LabCom- Universidade Fernando Pessoa – CIMJ-FCT).
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1994) *História da imprensa* (Lisboa, Planeta).
- RANGEL, Jaime (1957) *A imprensa em Goa* (Bastorá, Tipografia Rangel).
- ROCHA, Ilídio (2001) *A imprensa de Moçambique*, Lisboa, Livros do Brasil.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena (1994) “História do jornalismo português” in QUINTERO, Alejandro Pizarroso *História da imprensa* (Lisboa, Planeta), ps. 351-368.
- SARAIVA, António José et LOPES, Óscar (1975) *História da literatura portuguesa* (Porto, Porto Editora – Livraria Arnado – Emp. Lit. Fluminense).
- SILVA, Henrique Rola da (1992) *Informação portuguesa de Macau* (Macau, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau).
- SOUSA, Jorge Pedro (2007) *A gênese do jornalismo lusófono* (Porto, Universidade Fernando Pessoa).
- SOUSA, Jorge Pedro (Org.) (2011) *A Gazeta ‘da Restauração’. Primeiro periódico português. Uma análise do discurso* (Covilhã-LabCom- Universidade Fernando Pessoa – CIMJ-FCT).
- SOUSA, Jorge Pedro (Org.) (2013) *Estudos sobre o ‘Mercúrio Português’ (1663-1667) – Discurso e contexto* (Covilhã-LabCom- Universidade Fernando Pessoa – CIMJ-FCT).
- SOUSA, Jorge Pedro (2013) *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade* (Lisboa, Media XXI).
- SOUZA, Juliana Pereira de (2010) “Mídia” in MELO, José Marques et alii *Enciclopédia INTERCOM de comunicação* (São Paulo, INTERCOM).
- TEIXEIRA, Pe. Manuel (1965) *A imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente* (Macau, Notícias de Macau).
- TENGARRINHA, José (2013) *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865* (Lisboa, Círculo de Leitores).
- TRIGO, Salvato (1981) *Luandino Vieira, o logoteca* (Porto, Brasília).
- VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) (1996) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista* (Lisboa, Colibri).
- WAGNER, Klaus (1996) “Descubrimientos e imprensa” in VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista* (Lisboa, Colibri), ps. 233-242.